

## SOUZA, Rosa Fátima; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (organizadoras). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

---

**Fernando Vendrame Menezes**

Acadêmico do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Antonio Nóvoa (2009) identifica os atuais desafios a serem enfrentados pela Educação comparada a partir de uma trilogia: novos problemas, novos modelos de análise e novas abordagens. Essa necessidade premente de se lançar novos desafios ao campo da educação comparada advém de que as tradicionais formas de se empregar a comparação como método de pesquisa já não dão conta de responder à crescente demanda das novas temáticas de investigação que se apresentam ao pesquisador da educação, em virtude das transformações histórico-sociais e culturais que marcam o fim do século XX e início do século XXI. O alargamento das temáticas, dos objetos e das fontes de pesquisa que se verifica nos estudos históricos da Educação nos últimos anos abre novas possibilidades ao emprego da comparação como método capaz de tornar visíveis as diferentes determinantes que marcaram a expansão do processo de escolarização no Brasil, expondo as singularidades com que esse processo ocorreu em cada estado, diante da centralidade e uniformidade pretendida pelo governo central.

A obra ***Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930)***, aqui apresentada, insere-se nesse contexto de tomar a comparação como percurso de pesquisa, enfrentando os desafios e dilemas impostos pela necessária revisão e reformulação dos postulados teóricos do método comparativo em Edu-

cação e, ao mesmo tempo, de desvelar as singularidades que marcaram a expansão da educação primária em 15 estados do Brasil. Organizada pelas pesquisadoras Rosa Fátima de Souza, Vera Lucia Gaspar da Silva e Elizabeth Figueiredo de Sá, a obra trás ao leitor parte dos resultados do projeto de pesquisa desenvolvido por diversos pesquisadores de diferentes universidades do país. Como eixo central, tem-se a comparação da expansão da escola primária, em diferentes aspectos, com ênfase nos grupos escolares, em diferentes estados do país, circunscrito ao espaço/tempo delimitado do fim do Império e Primeira República. Os nove textos que compõem o livro merecem destaque pela variedade das fontes empregadas, pela abrangência das temáticas abordadas e pelas múltiplas possibilidades de comparação delineadas, oferecendo um panorama amplo de como a escola primária se expandiu por diferentes regiões do Brasil.

O primeiro texto, ***A escola modelar da república e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional***, de autoria de Rosa Fátima de Souza, apresenta uma visão panorâmica sobre as questões e debates que nortearam os rumos da educação no início da República. Refletindo sobre o percurso e os resultados do projeto de pesquisa que deu corpo ao livro, aponta os desafios teórico-metodológicos da investigação comparada e indica que os grupos escolares como objeto de pesquisa promoveram transformações na cultura escolar e que o estudo da escola graduada deve estar relacionado ao conceito de forma escolar. O texto indica também os desafios enfrentados pelos pesquisadores e explicita os procedimentos adotados para operacionalizar a pesquisa.

O segundo texto que compõe o livro recebe o título de ***Os grupos escolares nas memórias e histórias locais: um estudo comparativo das marcas da escolarização primária***, escrito por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Fernanda Mendes Resende, “tem como objetivo refletir acerca da possibilidade de discutirmos o ‘acervo’ histórico educacional brasileiro” (p.59), abrangendo especificamente os estados de Minas Gerais, Piauí e Paraíba e debatendo sobre o alcance de se inscrever os grupos escolares no debate conceitual acerca da Cultura Histórica e da Cultura Educacional. Merece destaque o uso de obras memorialistas para entender o lugar dos grupos escolares na constituição de uma memória e de uma cultura histórica local, e como esses relatos indicam aspectos da expansão da escola primária conforme

a ótica destes escritores, abrangendo temas como a criação dos grupos escolares nos locais estudados, a atuação de professores e alunos, as práticas pedagógicas, a cultura material e a cultura escolar, entre outros.

O texto ***A escola primária e o ideário republicano nas mensagens dos presidentes de Estado: investigações comparativas (1893 – 1918)***, de autoria dos pesquisadores José Carlos Souza Araújo, Rosa Fátima de Souza e Rubia-Mar Munes Pinto, busca averiguar, a partir das mensagens dos presidentes de estado, como o discurso republicano concebeu a educação escolar primária nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Piauí, Sergipe, Bahia, Acre e Goiás. No conjunto, as mensagens trazem informações sobre trabalho pedagógico, administração da escola primária, frequência de alunos e professores, formação de professores, salários, relação estado municípios e estado e permitem visualizar alguns obstáculos enfrentados pela implementação dos grupos escolares nos respectivos estados, tais como altos índices de crianças fora da escola primária, baixa frequência dos alunos matriculados e baixos índices de investimento. O texto traz, entre outras, a possibilidade de questionar: a que projeto político atendia a expansão dos grupos escolares?

Jorge Carvalho do Nascimento e Lucia Maria da Franca Rocha são os autores de ***O federalismo republicano e o financiamento da escola primária pública no Brasil***, que discute o financiamento da escola primária pública brasileira na primeira república em 11 estados (focando a comparação em cinco deles). Como fontes de pesquisa são empregados quadros da contabilidade pública do período, discursos dos administradores dos estados alvo do estudo com referência aos gastos públicos com educação e mensagens dos presidentes dos estados. Os dados indicam que o crescimento dos gastos com a educação primária ocorreu sem uniformidade e que o erário público não foi a única fonte de financiamento da escola primária pública nestes estados. Como desafio a um estudo comparado do financiamento da escola primária nesse período destaca-se a questão regional, atrelada às disputas pelo poder entre os distintos agentes políticos. Em linhas gerais, os dados relativos ao financiamento da escola primária pública fragilizam os discursos da época em torno da sua importância para o desenvolvimento do país, pois indicam um distanciamento entre o discurso oficial e o efetivo investimento na educação.

O quinto texto, ***A expansão da escola primária graduada nos estados na primeira república: a ação dos poderes públicos***, de Alessandra Frota Martinez de Schueler, Elizabeth Figueiredo de Sá e Maria do Amparo Borges Ferro destaca a hegemonia quantitativa das escolas primárias isoladas ou singulares, apesar de o grupo escolar, como símbolo de modernidade, ter adquirido progressiva centralidade nas três primeiras décadas do período republicano. Utilizando como fonte as mensagens presidenciais dos estados foco da pesquisa, indica a participação dos poderes locais na criação e implementação de escolas primárias em diferentes modalidades, resultante da pluralidade de processos políticos locais e do jogo tenso entre poderes municipais, estadual e federal na implementação da escola primária nos diferentes estados da federação.

***A institucionalização do modelo de escola graduada***, das professoras Elizabeth Miranda de Lima e Maria Auxiliadora Barbosa Macedo, visa uma aproximação comparativa do percurso de institucionalização da escola graduada, materializada pelo grupo escolar, nos estados do Acre, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo como fontes: relatórios de prefeitos; regulamentos de instrução pública e programas de ensino dos respectivos estados. Ao mesmo tempo o texto busca refletir sobre as práticas de circulação de modelos pedagógicos e administrativos e de ensino aprendizagem. Apreende-se no texto alguns traços comuns da organização pedagógica da escola primária nesses estados: constante reforma da instrução pública; exposição das dificuldades; coexistência de diferentes formas escolares; currículo orientado por um ideal de nacionalidade; modernidade pedagógica expressa na seriação e monumentalidade dos grupos escolares.

***A criança, educação de escola*** (São Paulo e Nordeste do Brasil, 1890 – 1930), de Marta Maria de Araújo compõe o sétimo artigo do livro e apresenta a institucionalização da educação escolar primária como projeto da República e visa a um exame da institucionalização da escola primária republicana entre 1890 e 1930, analisando as diversas modalidades de escola postas em prática nos estados estudados, buscando suas similaridades e particularidades. Como fontes utilizam-se decretos, leis, mensagens governamentais, regimentos, relatórios de diretor-geral de instrução pública. Pautando a análise conforme o conceito de forma escolar, o texto observa que este evocava uniformidade e regularidade pedagógica, o que permite visualizar a hierarquização das modalidades de escolas instituídas (superioridade dos grupos escolares), divididas

em diferentes classes hierárquicas. Assim, indica que, embora pouco articulada nacionalmente, a forma escolar era distribuidora de bens materiais e intelectuais homogêneos conforme a classe social (promotora de desigualdade).

O oitavo artigo, intitulado **Modernidade metodológica e pedagógica: apropriações do método de ensino intuitivo nas reformas da instrução pública de MG, SC e SP (1906 – 1920): ideais e práticas em movimento**, escrito por Vera Teresa Valdemarin, Gladys Mary Ghizoni Teive e Juliana Cesário Handam, aponta método intuitivo como elemento pedagógico capaz de promover a modernização do ensino conforme os anseios liberais e utiliza a lógica comparativa para analisar a circulação do método de ensino intuitivo em diferentes estados brasileiros. O texto traz a importância dos impressos para a difusão do pensamento educacional do período e permite visualizar as condições em que as reformas se processaram nestes estados. O estudo mostra como em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina houve a necessidade de se transitar do método intuitivo para novas práticas pedagógicas, em nome da manutenção dos ideais republicanos em torno da educação como promotora do desenvolvimento nacional.

O último texto, denominado **Cultura Material Escolar: fontes para a história da escola e da escolarização elementar (MA, SP, PR, SC e RS, 1870 – 1925)**, dos professores César Augusto Castro, Diana Gonçalves Vidal, Eliane Peres, Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva teve como objetivo “angariar e examinar fontes indicativas da materialidade da escola primária brasileira, mais precisamente por meio dos vestígios localizados em acervos das regiões distintas do Brasil” (p.280) e valeu-se de fontes como carta de professor, da escola; documentos administrativos; relatórios; jornais e legislação, além da fotografia (p.280). As fontes selecionadas permitem uma aproximação com a cultura material do momento histórico da implementação do ensino primário no país. Ao longo do artigo buscou-se entender as táticas diversificadas de apropriação da cultura escolar através de seus materiais e utensílios e entender as estratégias de imposição de uma cultura material escolar como formas de assujeitamento e governamentalidade.

O conjunto da obra permite ao leitor tomar contato com a abrangência de um projeto de pesquisa que envolveu diferentes pesquisadores de diferentes instituições. Além dos resultados consistentes dos estudos apresentados, em que o eixo central foi a relação entre a escola primária e o método

comparativo, tem-se a oportunidade de acompanhar no decorrer dos textos o percurso do projeto, suas intermitências diante dos obstáculos impostos pelas contingências da pesquisa e a busca coletiva na superação dos desafios, constituindo-se um debate científico que, como resultado maior, promove o fortalecimento do campo da História da Educação e contribui para o aprofundamento teórico dos estudos comparados no referido campo.

Recebido em abril 2014

Aprovado em maio 2014